



RENOVA ENERGIA S.A.
CNPJ nº 08.534.605/0001-74

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

DESTAQUES DO PERÍODO

- ✓ Conclusão de todos os marcos previstos no Plano de Recuperação Judicial:
 - ✓ Entrada em operação do Complexo Alto Sertão III - Fase A com 424,5 MW de capacidade instalada; e
 - ✓ Alienação de todos os ativos previstos no plano.
- ✓ Retomada das obras do Complexo Solar Caetitê - 4,8 MWp;
- ✓ Aumento de capital de R\$ 789 milhões quitando a dívida com partes relacionadas da Companhia
- ✓ EBITDA de R\$ 1.056 milhões
- ✓ Lucro líquido de R\$ 777 milhões

Videoconferência em português com tradução simultânea para o inglês
Quarta-feira, 29 de março de 2023 - 11h00 (BRT)
Transmissão: Página de Relações com Investidores da Renova Energia - ri.renovaenergia.com.br
Relações com Investidores (+55) 11 3509-1100 ri.renovaenergia.com.br

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2022 foi intenso, desafiador e marcado por importantes eventos que refletiram em mudanças profundas na história recente da Renova Energia. Com um cenário macroeconômico desafiador e instável, alcançamos a meta de cumprir os marcos previstos no Plano de Recuperação Judicial da Companhia, e como reflexo do projeto de reestruturação e soerguimento do Grupo Renova terminamos 2022 com a entrega de um EBITDA de R\$ 1.056 milhões, lucro líquido de R\$ 777 milhões e uma receita operacional líquida de R\$ 206,4 milhões.

Outro importante evento foi a troca do controle da Companhia, em junho, o fundo AP Energias Renováveis assumiu o controle da Companhia com 67% de participação, mantendo a estratégia para cumprir o plano de recuperação, sanear as dívidas, e focar esforços na atuação em geração eólica e solar, com o fortalecimento de compromissos e diferentes iniciativas que englobam aspectos ambientais, sociais e de governança, fundamentais para a manutenção de um negócio sustentável, diverso e inclusivo.

No primeiro semestre, concluímos duas transações de M&A: Enerbrás e Cordilheira dos Ventos, que contribuíram com cerca de R\$ 308 milhões em recursos, que foram destinados para pagamento de credores e despesas operacionais. Em dezembro, a Companhia concluiu as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A, um dos 10 maiores complexos eólicos da América Latina, atingindo 424,5 MW de capacidade instalada em operação comercial, tal marco possibilitou o Grupo Renova cumprir com o último marco previsto no Plano de Recuperação Judicial.

Adicionalmente a Companhia revisou as premissas utilizadas para calcular o valor recuperável do ativo imobilizado relacionado ao Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A. Com a entrada em operação comercial do complexo a empresa pôde realizar a reversão, uma vez que a geração de recursos provenientes da venda de energia permitiu promover as atualizações das projeções financeiras com maior segurança.

A recuperação judicial faz parte da nossa reestruturação e tem por objetivo recuperar a saúde financeira da Companhia, bem como preparar uma base sólida e dar segurança para permitir o crescimento sustentável para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios, tendo como base o pressuposto da continuidade.

Encerramos o ano com uma Companhia mais consistente, enxuta e robusta, com resultados ainda mais positivos e uma redução de 50% do seu endividamento em relação ao ano de 2021. Isso permite que possamos nos planejar para o futuro, mirando novas iniciativas de crescimento, embasadas em premissas que permitirão seguir a evolução e o potencial da geração de energia a partir de fontes renováveis na matriz elétrica brasileira.

Este desempenho é resultado da dedicação e comprometimento diário de todas as nossas equipes. O ano de 2023 será igualmente desafiador, com importantes compromissos que ainda deverão ser cumpridos, e a Companhia seguirá com o objetivo de continuar entregando resultados sustentáveis para os nossos acionistas e contribuindo para o desenvolvimento da economia brasileira de forma inovadora e eficiente.

2. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

Renova Energia S.A.			
(Valores em R\$ mil)	2022	2021	Varição
Receita operacional bruta	221.560	100.416	120,6%
(-) Impostos - PIS, Cofins e ICMS	(15.157)	(6.604)	129,5%
Receita operacional líquida (ROL)	206.403	93.812	120,0%
Custos não gerenciáveis	(10.962)	(813)	1248,3%
Custos gerenciáveis	(93.209)	(79.941)	16,6%
Depreciação	(43.747)	(84)	51979,8%
Lucro bruto	58.485	12.974	350,8%
Despesas administrativas	(99.640)	(217.646)	-54,2%
Depreciação administrativa	(9.907)	(2.031)	387,8%
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	819.755	(9.235)	n.a
Receitas/Despesas Financeiras	(214.585)	(277.465)	-22,7%
Resultado de equivalência patrimonial	-	134.228	n.a
Ganho/Perda na venda de ativos	233.818	395.422	-40,9%
IR e CS	(10.806)	(5.560)	94,4%
Lucro Líquido	777.120	30.687	2.432,4%
Margem líquida	376,5%	32,7%	343,8 p.p.

O Lucro Líquido do exercício foi impactado, principalmente, pela entrada em operação comercial e pela reversão da provisão do valor recuperável do Complexo Eólico Alto Sertão III.

3. ESTRUTURA ACIONÁRIA

O capital social da Companhia subscrito e integralizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$4.139.098 (bruto dos custos de emissão de ações) dividido em 244.147.746 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 122.073.879 ações ordinárias e 122.073.867 ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

Renova Energia S.A.						
	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	26.356.007	21,59%	-	0,00%	26.356.007	10,80%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part. Multiestratégia	15.115.371	12,38%	0	0,00%	15.115.371	6,19%
Caetitê Participações	10.356.384	8,48%	0	0,00%	10.356.384	4,24%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	0,72%	0	0,00%	884.252	0,36%
Outros Acionistas	95.717.872	78,41%	122.073.867	100,00%	217.791.739	89,20%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part. Multiestratégia	66.545.129	54,51%	68.107.270	55,79%	134.652.399	55,15%
Renato do Amaral Figueiredo ¹	5.764.804	4,72%	4.777.141	3,91%	10.541.945	4,32%
Spectra Volpi Fundo de Invest. em Part. Multiestratégia	1.712.178	1,40%	3.424.354	2,81%	5.136.532	2,10%
Bndespar	696.683	0,57%	1.393.366	1,14%	2.090.049	0,86%
Caetitê Participações	-	0,00%	406.795	0,33%	406.795	0,17%
Ricardo Lopes Delneri	6.917.112	5,67%	14.746.540	12,08%	21.663.652	8,87%
Outros	14.081.966	11,54%	29.218.401	23,94%	43.300.367	17,74%
Total	122.073.879	100,00%	122.073.867	100,00%	244.147.746	100,00%

¹ possui 36.162 ações ordinárias bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDSPAR

Balancos Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

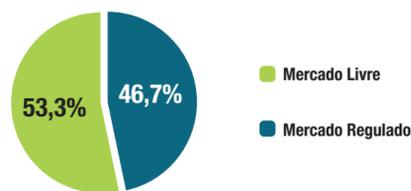
Balancos Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021					
Valores expressos em milhares de Reais					
ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	7	249	234.209	63.773	354.110
Aplicações financeiras	7	-	-	4.282	5.278
Contas a receber de clientes	8	-	-	30.367	6.231
Tributos a recuperar	9	2.753	1.060	13.032	11.963
Partes relacionadas	25	73.200	51.941	-	-
Dividendos a receber	10.4	-	27.139	-	-
Adiantamentos a fornecedores		1.068	1.520	1.127	1.631
Despesas antecipadas		98	118	3.832	3.736
Outros créditos		211	545	289	566
		77.579	316.532	116.702	383.515
Ativos classificados como mantidos para venda	28	-	177.359	-	335.908
Total dos ativos circulantes		77.579	493.891	116.702	719.423
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	7	278	254	278	254
Depósitos judiciais	14.5.b	8.002	2.802	9.451	3.667
Tributos diferidos		-	-	1.327	-
Partes relacionadas	25	148.810	156.229	-	-
Outros créditos		60	60	60	60
Investimentos	10	1.300.615	468.337	-	-
Imobilizado	11	106.590	5.027	2.686.601	1.557.299
Total dos ativos não circulantes		1.564.355	632.709	2.697.717	1.561.280
TOTAL DOS ATIVOS		1.641.934	1.126.600	2.814.419	2.280.703
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021					
Valores expressos em milhares de Reais					
	Nota explicativa	Integralizado	Capital Social	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido (negativo)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		2.960.776	(41.757)	(32.470)	(1.107.637)
Aumento de capital social - emissão de ações		389.160	-	-	389.160
Lucro líquido do exercício		-	-	-	30.687
Outros resultados abrangentes:		-	-	-	-
Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto		-	-	32.470	32.470
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		3.349.936	(41.757)	-	(655.320)
Aumento de capital social - emissão de ações	20.b	789.162	-	-	789.162
Lucro líquido do exercício		-	-	-	777.120
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	20	4.139.098	(41.757)	-	910.962
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

Em 07 de outubro de 2022, a Administração da Companhia informou em Comunicado ao Mercado o início da 6ª e última Janela de Pedido de Conversão, na qual credores das sociedades do Grupo Renova poderiam manifestar interesse na conversão de seus créditos em ações de emissão da Companhia. O prazo para manifestação e recebimento do pedido de conversão pela Companhia foi encerrado em 05 de novembro de 2022 e em 02 de fevereiro de 2023 o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 31.297 milhões.

4. PROJETOS DA COMPANHIA

4.1. Operação - Alto Sertão III - Fase A

O Alto Sertão III - Fase A possui 26 parques eólicos, com capacidade instalada de 432,6 MW - 155 Turbinas GE, que teve a conclusão no final do quarto trimestre de 2022. A energia foi comercializada da seguinte forma:



4.2. Projetos em Desenvolvimento

Com relação ao portfólio de projetos em desenvolvimento estimado em 6,5 GW potenciais de energia eólica e 430 MW de energia solar, a Companhia continua realizando investimentos para concluir a regularização fundiária deles, além de investimentos direcionados à obtenção de licenças ambientais, sendo que atualmente 14 projetos eólicos contam com licenças emitidas pelos órgãos ambientais, totalizando cerca de 5,9 GW.

5. QUESTÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA - ESG

A Companhia segue comprometida com a transição energética para uma economia de baixo carbono, alinhada com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU - Organização das Nações Unidas:



Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos



Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos



Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis



Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, reponsáveis e inclusivas a todos os níveis

5.1. Meio Ambiente

A Companhia destaca que atua com responsabilidade ambiental em todos os seus empreendimentos e que vem buscando iniciativas e soluções com foco na redução constante dos impactos gerados nas localidades onde atua.

Por isso, o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas ("PRAD") implantado e executado pela Renova Energia visa uma melhor regeneração de características naturais e a reintegração da paisagem local de áreas degradadas nos canteiros de obras e adjacências dos Parques Eólicos. A recuperação das áreas torna-se necessária em função dos impactos decorrentes de atividades como terraplanagens para a instalação do canteiro de obras, cortes e aterros para implantação das vias de acessos, escavações em geral, abertura de jazidas de terra, formação de áreas de bota-fora e instalação ou aceleração de processos erosivos no local da obra, entre outras atividades relacionadas à implantação dos aerogeradores e subestações.

5.2. Social

A Companhia respeita e promove os direitos humanos em suas operações, ao longo de sua cadeia de fornecedores e nas regiões onde está inserida, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo relação com empresas terceiras que compartilhem os mesmos princípios e valores e que respeitem os direitos humanos.

No quesito diversidade de gênero, a Companhia respeita e valoriza de forma positiva as diferenças entre gênero, origem, etnia, orientação sexual, crença, práticas religiosas, convicção política, ideológica, classe social, condição de portador de deficiência, estado civil ou idade e não tolera qualquer forma de assédio (seja ele moral ou sexual), violência (verbal, física ou em redes sociais). A Companhia promove a diversidade e atualmente 50% dos cargos de liderança são ocupados por mulheres.

Para contribuir com a disseminação da Integridade e Sustentabilidade da Companhia destacamos uma das ações corporativas relacionadas às práticas ESG atualmente em nosso pipeline de iniciativas: Relações Comunitárias.

A Companhia mantém um diálogo transparente e permanente com as comunidades localizadas nos arredores dos seus empreendimentos, baseados em agenda comum positiva, de longo prazo, voltada para o desenvolvimento local sustentável, respeitando a liberdade de expressão e a manifestação pacífica, de acordo com a lei e nos limites do Código de Conduta e Política Corporativa Anticorrupção.

5.3. Riscos e Conformidade

A Diretoria Compliance tem como missão garantir a observância de normas e procedimentos da Companhia, bem como prezar pelo fortalecimento de uma cultura de integridade baseada em gestão e monitoramento de riscos.

Para contribuir com a disseminação da Integridade e Sustentabilidade da Companhia destacamos uma das ações corporativas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Nosso Canal Transparência.

É o meio pelo qual eventuais situações de irregularidade devem ser reportadas, visando à efetiva apuração dos fatos e eventual plano de ação para mitigar os riscos existentes em nossas operações. O Canal Transparência está disponível aos públicos internos e externos da Companhia, sendo uma ferramenta de comunicação proativa, transparente, independente, imparcial e anônima para o reporte de violações ou suspeita de descumprimento de qualquer um dos pontos descritos no Código de Ética e Conduta da Companhia, nas políticas e procedimentos.

6. GLOSSÁRIO

Complexo Alto Sertão III Fase A ("AS III - Fase A") - 26 parques eólicos da Renova, localizados no interior da Bahia, que comercializaram energia no LER 2013, LER 14 e no mercado livre e que possuem capacidade instalada de 432,6 MW.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica;

ESPPRA - Energética Serra da Prata S.A., controlada indireta da Renova e composta pelas 3 PCHs da Companhia;

LER - Leilão de Energia de Reserva;

Mercado Livre - Ambiente de contratação de energia elétrica onde os preços praticados são negociados livremente entre o consumidor e o agente de geração ou de comercialização;

Mercado Regulado - Ambiente de contratação de energia elétrica onde as tarifas praticadas são reguladas pela ANEEL;

PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas;

PPR - Programa de Participação de Resultados;

ESG - a sigla em inglês para "environmental, social and governance" (ambiental, social e governança, em português), geralmente usada para medir as práticas ambientais, sociais e de governança de uma empresa;

ONU - Organização das Nações Unidas, ou simplesmente Nações Unidas, é uma organização intergovernamental criada para promover a cooperação internacional.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 381/03, divulgamos que no período findo em 31 de dezembro de 2022 os auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes ("BDO") que prestam serviço para a Companhia e suas controladas não realizaram quaisquer serviços não vinculados à auditoria externa que representassem mais de 5% dos honorários contratados anualmente.





RENOVA ENERGIA S.A.
CNPJ nº 08.534.605/0001-74

→ continuação

Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021					
Valores expressos em milhares de Reais					
	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita Líquida					
Custos dos Serviços					
Custo com compra de energia		-	-	(59.800)	(71.943)
Custo de operação		-	-	(33.409)	(7.998)
Depreciações e amortizações	11	(88)	(84)	(43.747)	(84)
Encargos de uso do sistema de distribuição		-	-	(10.962)	(813)
Total	22	(88)	(84)	(147.918)	(80.838)
Resultado Bruto					
Recursos (Despesas)					
Gerais e administrativas		(13.576)	(15.938)	(89.775)	(103.978)
Depreciações e amortizações	11	(9.263)	(1.526)	(9.907)	(2.031)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	1.5	-	-	819.755	(9.235)
Outras receitas (despesas) líquidas		647	(37.035)	(9.865)	(113.668)
Total	22	(22.192)	(54.499)	710.208	(228.912)
Resultado de equivalência patrimonial		10.3	663.820	(161.788)	134.228
Ganho na alienação de ativos	1.2 e 10.3.1.1	233.818	393.995	233.818	395.422
Total		875.446	177.707	944.026	300.738
Lucro antes do Resultado Financeiro					
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras		8.842	2.983	16.910	13.950
Despesas financeiras		(107.080)	(149.919)	(231.495)	(291.415)
Total	23	(98.238)	(146.936)	(214.585)	(277.465)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social					
Imposto de renda e contribuição social - correntes		-	-	(11.145)	(6.010)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		-	-	339	450
Total	24	-	-	(10.806)	(5.560)
Lucro Líquido do Exercício					
Lucro por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)	27	777.120	30.687	777.120	30.687
		5,01	0,41		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021					
Valores expressos em milhares de Reais					
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Lucro líquido do exercício	777.120	30.687	777.120	30.687	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	
Resultado Abrangente Total do Exercício	777.120	30.687	777.120	30.687	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021					
Valores expressos em milhares de Reais					
	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro líquido do exercício		777.120	30.687	777.120	30.687
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	11	9.351	1.610	53.654	2.096
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	11.9	-	-	(819.755)	9.235
Valor residual do ativo imobilizado baixado	11	-	941	981	941
Comissões e outras penalidades	14.3	384	43.186	384	43.541
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14.3	25.113	35.434	137.466	155.676
Apropriação dos custos sobre empréstimos	14.3	-	13.275	-	14.392
Atualização e provisão CCEE/Elektrobras	16.1	-	-	20.717	17.903
Multa sobre ressarcimento	16.1	-	-	7.865	30.312
Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	18	5.529	(1.960)	37.142	48.976
Provisão (reversão) para contrato oneroso	19	-	-	(23.465)	5.130
Juros sobre aplicações financeiras e outros	23	(5.174)	(2.708)	(16.795)	(13.428)
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	23, 25	57.174	39.484	59.779	39.538
Juros sobre contas a pagar		6.081	2.261	18.816	20.345
Juros sobre passivo de arrendamento	12	2.709	1.809	4.228	5.315
Atualização da provisão para desmantelamento	11.11	-	-	993	-
Atualização de depósitos judiciais		162	(70)	205	(104)
Tributos diferidos		-	-	(740)	(983)
Ganho na alienação de ativos	1.2 e 10.3.1.1	(233.818)	(406.538)	(233.818)	(407.965)
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	(663.820)	161.789	-	(134.228)
Perda no investimento		-	7.936	-	7.936
Perda da dívida		-	(125)	-	(125)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	150	(22.633)	(4.207)
Depósitos judiciais		(5.362)	(347)	(6.357)	(635)
Contas a recuperar		(1.693)	(629)	(117)	750
Despesas antecipadas		20	43	10	(2.508)
Adiantamentos a fornecedores		452	(1.009)	(741)	(1.092)
Outros créditos		334	(286)	277	29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021					
Valores expressos em milhares de Reais					
	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas					
Vendas de energia	21	-	-	221.557	100.416
Outras receitas		3.531	553	11.553	15.519
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas		-	-	(104.276)	(80.866)
Material, energia, serviços de terceiros e outros		(9.323)	(49.201)	(78.649)	(197.115)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	11.9	-	-	819.755	(9.235)
Valor adicionado bruto		(5.792)	(48.648)	869.940	(171.281)
Depreciação	11	(9.351)	(1.610)	(53.654)	(2.115)
Valor Adicionado Líquido Gerado					
Valor Adicionado Recebido Em Transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	663.820	(161.789)	-	134.228
Efeito da alienação de ativo disponível para venda	1.2	233.818	393.995	233.818	395.422
Receitas financeiras		9.273	3.130	17.814	14.607
Valor Adicionado Total a Distribuir		891.768	185.078	1.067.918	370.861
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal:					
Salários e encargos		2.927	1.982	11.827	12.760
Honorários da administração	25.5	2.884	1.591	11.655	10.245
Benefícios		807	387	4.908	4.336
FGTS		390	192	2.119	1.617
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		1.518	733	32.386	17.751
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		92.452	85.437	213.465	223.818
Aluguéis		33	2	54	207
Outros		13.637	64.067	14.384	69.440
Lucro líquido do exercício		777.120	30.687	777.120	30.687
Valor Adicionado Total Distribuído		891.768	185.078	1.067.918	370.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021					
Valores expressos em milhares de Reais					
	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro líquido do exercício		777.120	30.687	777.120	30.687
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	11	9.351	1.610	53.654	2.096
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	11.9	-	-	(819.755)	9.235
Valor residual do ativo imobilizado baixado	11	-	941	981	941
Comissões e outras penalidades	14.3	384	43.186	384	43.541
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14.3	25.113	35.434	137.466	155.676
Apropriação dos custos sobre empréstimos	14.3	-	13.275	-	14.392
Atualização e provisão CCEE/Elektrobras	16.1	-	-	20.717	17.903
Multa sobre ressarcimento	16.1	-	-	7.865	30.312
Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	18	5.529	(1.960)	37.142	48.976
Provisão (reversão) para contrato oneroso	19	-	-	(23.465)	5.130
Juros sobre aplicações financeiras e outros	23	(5.174)	(2.708)	(16.795)	(13.428)
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	23, 25	57.174	39.484	59.779	39.538
Juros sobre contas a pagar		6.081	2.261	18.816	20.345
Juros sobre passivo de arrendamento	12	2.709	1.809	4.228	5.315
Atualização da provisão para desmantelamento	11.11	-	-	993	-
Atualização de depósitos judiciais		162	(70)	205	(104)
Tributos diferidos		-	-	(740)	(983)
Ganho na alienação de ativos	1.2 e 10.3.1.1	(233.818)	(406.538)	(233.818)	(407.965)
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	(663.820)	161.789	-	(134.228)
Perda no investimento		-	7.936	-	7.936
Perda da dívida		-	(125)	-	(125)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	150	(22.633)	(4.207)
Depósitos judiciais		(5.362)	(347)	(6.357)	(635)
Contas a recuperar		(1.693)	(629)	(117)	750
Despesas antecipadas		20	43	10	(2.508)
Adiantamentos a fornecedores		452	(1.009)	(741)	(1.092)
Outros créditos		334	(286)	277	29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021					
Valores expressos em milhares de Reais					

1. Informações Gerais: A Renova Energia S.A. - em recuperação judicial ("Renova", "Companhia" ou "Controladora"), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Roque Patroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias - São Paulo, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs") e solar, e na comercialização de energia e atividades relacionadas. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polissilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possui a seguinte estrutura societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação e em construção ("Grupo Renova"):

Investimentos	Classificação	Descrição		
Renova PCH Ltda. - Em recuperação judicial ("Renova PCH")	Controlada direta	Tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica.		
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial¹	Controlada direta	Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e na Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuam, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.		
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial¹	Controlada direta			
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial¹	Controlada indireta			
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A. - Em recuperação judicial¹	Controlada indireta	Tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.		
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial¹	Controlada direta	Subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.		
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial¹	Controlada indireta	Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva - 2014 ("LER 2014") - vide nota 1.1.		
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Ângico S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Vargueta S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Córdo S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Ângelim S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Facheiro S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial¹	Controlada indireta	Têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção comercializada no mercado livre. - vide nota 1.1.		
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Ameslra S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Itapúa VII Ltda. - Em recuperação judicial¹			Controlada direta	Tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva - 2014 ("LER 2014") - vide nota 1.1.
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. - Em recuperação judicial¹			Controlada indireta	Tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva - 2014 ("LER 2014") - vide nota 1.1.
Investimentos			Classificação	Descrição
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial¹	Controlada direta	Têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.		
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Canjão S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Jequitibá S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Alcauz S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Callandra S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Emburuçu S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial¹				
Centrais Eólicas				

RENOVA ENERGIA

RENOVA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 08.534.605/0001-74

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores expressos em milhares de Reais

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Data da vigência
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1/IFRS 2	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliar o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 31, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPB 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) Alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes; (ii) Adição da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Dvulgação de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/IAS 28/IAS 34/IAS 8/IAS 1/IAS 16/IAS 32/IFRS 1/IFRS 7 e IAS 26	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 35 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), Amendments to IFRS 17 (2020) e Initial Application of IFRS 17 (2019) - Comparative Information (2021).	IAS 36/IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/IAS 28/IAS 15/IAS 16/IAS 19/ IFRS 5/ IAS 19/ 40/IAS 32/IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	01/01/2023
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	IFRS 10/IAS 28	Indeterminado

Para as normas ou alterações mencionadas acima a administração da Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos. **2.6 Reclassificação dos saldos contábeis:** Visando melhor apresentação das operações com partes relacionadas no balanço patrimonial da Controladora, o montante de R\$ 30.486 foi reclassificado da rubrica de outros créditos (ativo circulante) e outros credores (passivo circulante) para a rubrica de partes relacionadas (no ativo e passivo, respectivamente). **3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas:** A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidencição dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizadas para a elaboração dessa demonstração financeira estão listados abaixo: a) Redução do valor recuperável (impairment): Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa ("UGC") é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda, conforme as premissas descritas na nota 11.9. b) Provisão para perdas judiciais: A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos tributários, trabalhistas e civis que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto à probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica. As provisões para demandas judiciais são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável, dessa forma a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos. As provisões para demandas judiciais estão apresentadas na nota 18. c) Valor justo dos instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão desses instrumentos financeiros. Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros, ver nota 26. d) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: Conforme mencionado na nota 2.3.7.b, a Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julgar que as mesmas refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das taxas de depreciação estão divulgados na nota 11. e) Contrato oneroso: Se a Companhia ou suas controladas possuem um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia e suas controladas reconhecem qualquer perda por redução do valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a este contrato. Um contrato é considerado oneroso quando os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações desse contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, do dois, o menor. O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, os custos incrementais e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato).

2. Principais políticas contábeis: 2.1 Declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Por não existir diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuído aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia. **2.2 Aprovação das informações contábeis:** As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas para argumentar na CVM pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2023. **2.3 Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis:** A metodologia de mensuração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das prestações pagas em troca de ativos. As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo Renova é como segue: **2.3.1 Base de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota 1. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Renova são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. **2.3.2 Investimentos:** Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o investimento em controlada em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Os investimentos da Companhia incluem a mais-valia identificada na aquisição da participação líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver. **2.3.3 Ativos não circulantes mantidos para venda:** Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos e condições estabelecidas pelo vendedor. O ativo não deve estar comprometido ou considerado altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação. Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações financeiras. Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e suas controladas não tinham ativos classificados como mantidos para venda. **2.3.4 Método de mensuração:** Os ativos e passivos são mensurados ao curso normal das atividades das controladas e medidos pela melhor contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que foi provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia do Brasil, com a finalidade de gerar receita de imposto de renda e contribuição social diferida. **2.3.5 Ativos e passivos contingentes:** Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e múltiplos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. **2.3.5 Resultado por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("O.A.") e preferenciais ("PN") da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período de referência. **2.3.6 Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos quando há evidência suficiente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que foi provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia do Brasil, com a finalidade de gerar receita de imposto de renda e contribuição social diferida. **2.3.7 Ativos e passivos contingentes:** Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e múltiplos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. **2.3.5 Resultado por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("O.A.") e preferenciais ("PN") da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período de referência. **2.3.6 Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos quando há evidência suficiente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que foi provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia do Brasil, com a finalidade de gerar receita de imposto de renda e contribuição social diferida. **2.3.7 Ativos e passivos contingentes:** Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e múltiplos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. **2.3.5 Resultado por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("O.A.") e preferenciais ("PN") da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período de referência. **2.3.6 Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos quando há evidência suficiente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que foi provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia do Brasil, com a finalidade de gerar receita de imposto de renda e contribuição social diferida. **2.3.7 Ativos e passivos contingentes:** Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e múltiplos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. **2.3.5 Resultado por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("O.A.") e preferenciais ("PN") da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período de referência. **2.3.6 Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos quando há evidência suficiente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que foi provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia do Brasil, com a finalidade de gerar receita de imposto de renda e contribuição social diferida. **2.3.7 Ativos e passivos contingentes:** Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e múltiplos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. **2.3.5 Resultado por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("O.A.") e preferenciais ("PN") da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período de referência. **2.3.6 Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos quando há evidência suficiente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que foi provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia do Brasil, com a finalidade de gerar receita de imposto de renda e contribuição social diferida. **2.3.7 Ativos e passivos contingentes:** Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e múltiplos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. **2.3.5 Resultado por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("O.A.") e preferenciais ("PN") da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período de referência. **2.3.6 Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos quando há evidência suficiente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que foi provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia do Brasil, com a finalidade de gerar receita de imposto de renda e contribuição social diferida. **2.3.7 Ativos e passivos contingentes:** Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e múltiplos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. **2.3.5 Resultado por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("O.A.") e preferenciais ("PN") da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período de referência. **2.3.6 Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos quando há evidência suficiente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que foi provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia do Brasil, com a finalidade de gerar receita de imposto de renda e contribuição social diferida. **2.3.7 Ativos e passivos contingentes:** Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e múltiplos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. **2.3.5 Resultado por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("O.A.") e preferenciais ("PN") da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período de referência. **2.3.6 Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos quando há evidência suficiente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que foi provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia do Brasil, com a finalidade de gerar receita de imposto de renda e contribuição social diferida. **2.3.7 Ativos e passivos contingentes:** Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e múltiplos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. **2.3.5 Resultado por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("O.A.") e preferenciais ("PN") da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período de referência. **2.3.6 Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos quando há evidência suficiente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que foi provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia do Brasil, com a finalidade de gerar receita de imposto de renda e contribuição social diferida. **2.3.7 Ativos e passivos contingentes:** Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e múltiplos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. **2.3.5 Resultado por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("O.A.") e preferenciais ("PN") da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período de referência. **2.3.6 Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos quando há evidência suficiente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que foi provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia do Brasil, com a finalidade de gerar receita de imposto de renda e contribuição social diferida. **2.3.7 Ativos e passivos contingentes:** Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e múltiplos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. **2.3.5 Resultado por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("O.A.") e preferenciais ("PN") da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período de referência. **2.3.6 Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos quando há evidência suficiente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que foi provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia do Brasil, com a finalidade de gerar receita de imposto de renda e contribuição social diferida. **2.3.7 Ativos e passivos contingentes:** Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e múltiplos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. **2.3.5 Resultado por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("O.A.") e preferenciais ("PN") da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período de referência. **2.3.6 Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos quando há evidência suficiente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que foi provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia do Brasil, com a finalidade de gerar receita de imposto de renda e contribuição social diferida. **2.3.7 Ativos e passivos contingentes:** Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e múltiplos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. **2.3.5 Resultado por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("O.A.") e preferenciais ("PN") da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período de referência. **2.3.6 Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos quando há evidência suficiente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que foi provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia do Brasil, com a finalidade de gerar receita de imposto de renda e contribuição social diferida. **2.3.7 Ativos e passivos contingentes:** Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e múltiplos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. **2.3.5 Resultado por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("O.A.") e preferenciais ("PN") da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período de referência. **2.3.6 Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos quando há evidência suficiente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que foi provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia do Brasil, com a finalidade de gerar receita de imposto de renda e contribuição social diferida. **2.3.7 Ativos e passivos contingentes:** Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e múltiplos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. **2.3.5 Resultado por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("O.A.") e preferenciais ("PN") da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período de referência. **2.3.6 Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos quando há evidência suficiente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que foi provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia do Brasil, com a finalidade de gerar receita de imposto de renda e contribuição social diferida. **2.3.7 Ativos e passivos contingentes:** Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e múltiplos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. **2.3.5 Resultado por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("O.A.") e preferenciais ("PN") da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período de referência. **2.3.6 Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos quando há evidência suficiente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que foi provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia do Brasil, com a finalidade de gerar receita de imposto de renda e contribuição social diferida. **2.3.7 Ativos e passivos contingentes:** Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e múltiplos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. **2.3.5 Resultado por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("O.A.") e preferenciais ("PN") da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período de referência. **2.3.6 Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos quando há evidência suficiente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que foi provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia do Brasil, com a finalidade de gerar receita de imposto de renda e contribuição social diferida. **2.3.7 Ativos e passivos contingentes:** Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e múltiplos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. **2.3.5 Resultado por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("O.A.") e preferenciais ("PN") da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período de referência. **2.3.6 Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos quando há evidência suficiente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que foi provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia do Brasil, com a finalidade de gerar receita de imposto de renda e contribuição social diferida. **2.3.7 Ativos e passivos contingentes:** Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e múltiplos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. **2.3.5 Resultado por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("O.A.") e preferenciais ("PN") da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período de referência. **2.3.6 Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos quando há evidência suficiente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que foi provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia do Brasil, com a finalidade de gerar receita de imposto de renda e contribuição social diferida. **2.3.7 Ativos e passivos contingentes:** Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e múltiplos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. **2.3.5 Resultado por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("O.A.") e preferenciais ("PN") da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período de referência. **2.3.6 Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos quando há evidência suficiente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que foi provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia do Brasil, com a finalidade de gerar receita de imposto de renda e contribuição social diferida. **2.3.7 Ativos e passivos contingentes:** Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e múltiplos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. **2.3.5 Resultado por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("O.A.") e preferenciais ("PN") da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria.



RENOVA ENERGIA S.A.
CNPJ nº 08.534.605/0001-74

★ continuação **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021**
Valores expressos em milhares de Reais

	31/12/2021				9. Tributos a recuperar	Controladora		Consolidado	
	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	43.813	416	49.583	-	IRRF a compensar	2.176	414	2.842	738
Custos não gerenciais	(813)	-	-	-	Saldo negativo de IRPJ a compensar	447	535	2.887	7.604
Margem Bruta	43.000	416	49.583	-	COFINS a recuperar	-	-	2.212	1.895
Custos gerenciais	(15.702)	(119.365)	(58.690)	(103.830)	PIS a recuperar	-	-	513	420
Depreciação	-	(505)	-	(1.610)	ICMS a recuperar	-	-	4.395	1.142
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	(9.235)	-	-	Outros tributos a compensar	130	111	183	173
Resultado de equivalência patrimonial	134.228	-	-	-	Transferência para ativos mantidos para venda	2.753	1.060	13.032	11.972
Ganho na alienação de ativos	393.995	1.427	-	-	Total	2.753	1.060	13.032	11.963
Receita financeira	1.656	8.705	684	2.905	Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de IRRF a compensar, decorre principalmente dos valores retidos sobre rendimentos de aplicações financeiras autorizadas pelas companhias do Grupo Renova. Os saldos de PIS, COFINS e ICMS a Recuperar decorrem das operações de compra de energia e equipamentos para revenda realizadas pelas controladas Renova Comercializadora e Diamantina Eólica, respectivamente. Os montantes correspondentes a saldo negativo de IRPJ, IRRF a compensar, e outros tributos a compensar serão compensados com débitos de tributos federais ao longo de 2023. 10. Investimentos: 10.1 Composição dos investimentos: O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas, investidas e em controladas em conjunto:				
Despesa financeira	(87.638)	(62.667)	(456)	(140.654)					
Imposto de renda e contribuição social	(1.808)	-	(3.752)	-					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	467.731	(181.224)	(12.631)	(243.189)					
Ativos totais	211.222	1.795.655	30.597	243.229					
Passivos totais	502.524	1.023.521	38.953	1.371.025					

7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	13	8	47	44
Bancos conta movimento	236	266	3.482	6.313
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	233.935	64.526	391.893
Aplicações financeiras	278	254	278	254
Total	527	234.463	68.333	398.504

Transferência para ativos mantidos para venda:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	-	-
Total	527	234.463

Apresentados como:

CIRCULANTE

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	249	234.209
Aplicações financeiras	-	-
Total	249	234.209

NÃO CIRCULANTE

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras	278	254
Total	278	254

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxa média de 101,32% do CDI.

8. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Comercialização Mercado livre	15.145	5.773
CEEE	15.222	458
Eletrobras - ESPRA	-	6.591
Total	30.367	12.822

Transferência para ativos mantidos para venda:

	31/12/2022	31/12/2021
Total	-	(6.591)
Total	30.367	6.231

Os saldos em 31 de dezembro de 2022 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.

10.2 Informações sobre investidas: As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Companhia	PCH	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	31/12/2022		Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido no exercício
						Prejuízo	Lucro líquido no exercício						
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	-	-	-	-	-	6.717	6.717	5.170.100	100,00	101.955	-	(37.528)	21.045
Renova PCH Ltda. - Em recuperação judicial	-	37.540.023	99,99	374	-	(6)	(6)	37.540.023	99,99	374	-	-	(8)
Chiplay SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(152.595)	61.830
Eólico													
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	-	2.128.113.291	99,99	2.128.113	1.167.482	543.803	543.803	2.128.113.291	99,99	2.128.113	368.532	-	(146.203)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	-	19.910.432	99,99	19.910	(1.089)	(1.451)	(1.451)	19.910.432	99,99	19.910	196	-	(5.373)
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	-	9.404.320	99,99	9.404	(3.219)	(1.690)	(1.690)	9.404.320	99,99	9.404	(1.861)	-	(1.443)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	-	17.648.177	99,99	17.648	(6.600)	(1.538)	(1.538)	17.648.177	99,99	17.379	(5.229)	-	(5.686)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	-	23.468.639	99,99	23.469	(7.819)	(2.229)	(2.229)	23.468.639	99,99	23.469	(5.954)	-	(7.080)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	-	25.549.928	99,99	25.550	2.885	(1.752)	(1.752)	25.549.928	99,99	25.550	4.430	-	5.873
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	-	8.510.149	99,99	8.510	(2.638)	(1.483)	(1.483)	8.510.149	99,99	8.510	(1.318)	-	(971)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	-	21.718.499	99,99	21.718	(3.135)	(1.532)	(1.532)	21.718.499	99,99	21.718	(1.807)	-	4.386
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	-	5.870.759	99,99	5.871	(2.398)	(1.140)	(1.140)	5.870.759	99,99	5.871	(1.386)	-	(980)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	-	17.701.313	99,99	17.701	(7.394)	(1.740)	(1.740)	17.701.313	99,99	17.701	(5.855)	-	(5.320)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	-	16.317.932	99,99	16.318	(7.082)	(1.655)	(1.655)	16.317.932	99,99	16.318	(5.603)	-	2.770
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	-	18.830.937	99,99	18.831	1.021	(1.330)	(1.330)	18.830.937	99,99	18.831	2.192	-	(4.444)
Centrais Eólicas Putumuju S.A. - Em recuperação judicial	-	12.391.309	99,99	12.391	(6.693)	(1.243)	(1.243)	12.391.309	99,99	12.391	(5.643)	-	(4.298)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	-	20.439.716	99,99	20.440	3.479	(735)	(735)	20.439.716	99,99	20.440	4.104	-	7.429
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	-	20.985.315	99,99	20.985	2.547	(970)	(970)	20.985.315	99,99	20.552	3.167	-	7.296
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	-	13.461.491	99,99	13.461	(3.926)	(925)	(925)	13.461.491	99,99	13.461	(3.100)	-	(3.946)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	-	7.886.576	99,99	7.887	(2.835)	(662)	(662)	7.886.576	99,99	7.887	(2.252)	-	1.768
Centrais Eólicas Calianira S.A. - Em recuperação judicial	-	7.582.283	99,99	7.582	(867)	(452)	(452)	7.582.283	99,99	7.582	(473)	-	2.019
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	-	4.826.628	99,99	4.827	(2.154)	(487)	(487)	4.826.628	99,99	4.827	(1.731)	-	645
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	-	2.757.034	99,99	2.757	(746)	(444)	(444)	2.757.034	99,99	2.757	(358)	-	(269)
Centrais Eólicas Emburuçu S.A. - Em recuperação judicial	-	3.791.020	99,99	3.791	(468)	(479)	(479)	3.791.020	99,99	3.791	(52)	-	46
Centrais Eólicas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	-	48.384.027	99,99	21.155	20.784	108.731	108.731	149.949.272	99,99	149.949	17.835	-	(2.470)
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. - Em recuperação judicial	-	12.731.271.885	99,99	127.313	90.285	6.890	6.890	3.284.844	99,99	3.285	(33.739)	-	(16.975)
Centrais Eólicas Itapua XX Ltda. - Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	-	245.313.150	99,99	245.313	(2.679)	(1.996)	(1.996)	245.313.150	99,99	245.313	(1.539)	-	(1.196)
Centrais Eólicas Itapua IV Ltda. - Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22)
Centrais Eólicas Itapua V Ltda. - Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	-	235.681	100,00	236	-	(10)	(10)	235.681	100,00	236	-	-	(3)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	(2.292)	(2.292)	76.212.136	99,99	76.212	67.881	-	(6.294)
SF 120 Participações Societárias S.A.	-	12.937.880	99,99	12.938	12.132	(437)	(437)	12.937.880	99,99	12.938	-	-	(319)
Outras participações (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(28)
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	-	524.038.918	100,00	524.039	(206.969)	26.357	26.357	524.038.918	100,00	524.039	(233.326)	-	(63.566)
Total	-	1.031.904	-	-	663.820	663.820	663.820	-	-	157.111	(190.123)	-	(161.789)

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1

10.3 Movimentação dos investimentos: 10.3.1. Consolidado: 10.3.1.1 Investimento societário com controle compartilhado - Brasil PCH S.A.: Até dezembro de 2021, a Companhia mensurou seu investimento na participação societária de empreendimento controlado em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11/CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto. Em 1º de dezembro de 2021, a Companhia concluiu a venda UPI Brasil PCH, transferindo a totalidade das ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Brasil PCH S.A. de sua titularidade para a BSB Energética e ELETRORIVER S.A., pelo valor de R\$ 1.100.000.

Descrição

	Valor
Valor da venda ajustado(a)	1.009.437
Custo do investimento	(602.899)
Ganho antes dos outros custos e provisões	406.538
Outros custos na venda(b)	(12.543)
Ganho na alienação	393.995

(a) Valor da venda ajustado corresponde ao valor da venda menos o Ajuste Preliminar (RS30.563) e o Valor Retido (RS60.000). (b) Corresponde a gastos com os assessores financeiros e jurídicos. A Companhia utilizou os recursos recebidos na operação principalmente para (i) liquidar antecipadamente o DIP, (ii) quitar determinados credores concursais e extraconcursais e (iii) dar continuidade às obras de conclusão do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A e às demais atividades operacionais da Companhia e suas subsidiárias. Adicionalmente, em 30 de maio de 2022 a Companhia recebeu R\$63.036 referentes a parcela retida correspondente ao valor da venda da UPI Brasil PCH.

10.3.2 Controladora

Companhia	PCH	31/12/2021	Adições	AFAC	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	Transferência do ativo mantidos para venda	Baixa de investimento	Incorporação de investimento	31/12/2022
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	6	-	-	(6)	-	-	-	-
Eólico										
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	-	368.532	255.147	-	-	543.803	-	-	-	1.167.482
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	-	196	166	-	-	(1.451)	-	-	-	(1.089)
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	-	(1.861)	332	-	-	(1.690)	-	-	-	(3.219)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	-	(5.229)	167	-	-	(1.538)	-	-	-	(6.600)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	-	(5.954)	364	-	-	(2.229)	-	-	-	(7.819)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	-	4.430	207	-	-	(1.752)	-	-	-	2.885
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	-	(1.807)	163	-	-	(1.483)	-	-	-	(3.135)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	-	(1.807)	204	-	-	(1.532)	-	-	-	(3.135)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	-	(1.386)	128	-	-	(1.140)	-	-	-	(2.398)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	-	(5.855)	201	-	-	(1.740)	-	-	-	(7.394)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	-	(5.603)	176	-	-	(1.655)	-	-	-	(7.082)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	-	2.192	159	-	-	(1.330)	-	-	-	1.021



RENOVA ENERGIA S.A.
CNPJ nº 08.534.605/0001-74

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Valores expressos em milhares de Reais

10.3.3 Reorganização societária: 10.3.3.1 Incorporação de controlada: Em 14 de julho de 2022, os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, o Protocolo e a proposta de incorporação, pela Companhia, da controlada Bahia Holding S.A. - em recuperação judicial ("Bahia Holding"), nos termos da legislação pertinente e no Protocolo, sem alteração do capital social da Companhia nem a emissão de novas ações pela Companhia, com a consequente extinção da controlada incorporada e sua sucessão pela Companhia. A incorporação da controlada mencionadas no parágrafo anterior foi efetivada em 14 de julho de 2022 mediante aprovação nas instâncias societárias competentes da controlada. Assim, a Bahia Holding foi extinta e sucedida pela Companhia em todos os seus ativos, passivos, bens, direitos, obrigações e posições contratuais, de qualquer natureza, de forma automática, para todos os fins. A seguir apresentamos os saldos da controlada incorporada:

Balança Patrimonial em 14 de Julho de 2022 (Bahia Holding)	
Ativos	14/07/2022
Circulantes	76.301
Ativos classificados como mantidos para venda	76.301
Total do Ativo	152.602
Patrimônio Líquido	152.602
Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido	152.602

10.3.3.2 Cisão parcial e incorporação de ativos entre controladas: Em 14 de dezembro de 2022, os acionistas aprovaram a cisão parcial com redução de capital da controlada Centrais Elétricas Itaparica S.A. - em recuperação judicial, no montante de R\$11.257 e consequente cancelamento de 111.256.753 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de titularidade da Companhia, mediante a entrega, da parcela cindida a controlada Centrais Elétricas Itapubá VII S.A. - em recuperação judicial.

10.4 Movimentação dos dividendos a receber

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020	42.724	42.724
Dividendos propostos	71.363	190.123
Dividendos recebidos	(71.363)	(205.708)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	27.139	27.139
Dividendos propostos	6.981	6.981
Dividendos recebidos	(34.120)	(34.120)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	—	—

Saldo em 31 de dezembro de 2022 do período refere-se a dividendos propostos e recebidos da então controlada Enerbrás.

Consolidado: a movimentação do consolidado do exercício anterior contempla os dividendos propostos e recebidos da então controlada indireta Brasil PCH.

11. Imobilizado: 11.1 Controladora

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2022			31/12/2021		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	20%	22.692	(22.641)	51	22.692	(22.591)	
Equipamentos de medição	20%	3.739	(3.665)	74	3.739	(3.633)	
Equipamentos de torres	20%	2.524	(2.378)	146	2.372	(2.372)	
Total		28.955	(28.684)	271	28.803	(28.596)	
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(4.733)	623	5.356	(4.224)	
Benefetórias	4%	854	(215)	639	854	(181)	
Móveis e utensílios	10%	2.146	(1.976)	170	2.129	(1.874)	
Softwares	20%	3.670	(3.388)	282	3.659	(3.317)	
Equipamento de informática	20%	4.283	(3.722)	561	3.838	(3.587)	
Total		16.309	(14.034)	2.275	15.818	(13.183)	
Total do imobilizado em serviço		45.264	(42.718)	2.546	44.621	(41.779)	
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		101.806	—	101.806	28.040	—	
Estudos e projetos		1.062	—	1.062	1.062	—	
Terrenos		50	—	50	50	—	
Adiantamentos a fornecedores		30	—	30	26	—	
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(4.669)	—	(4.669)	(1.185)	—	
Total do imobilizado em curso		98.279	—	98.279	27.993	—	
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		24.239	(18.474)	5.765	22.264	(10.062)	
Total do imobilizado em curso		167.782	(61.192)	106.590	56.868	(51.841)	

11.2 Movimentações do imobilizado (controladora)

	31/12/2021	Adições	Transferência para ativos mantidos para venda		31/12/2022	Aumento de capital em controladas
			Reclassificações entre rubricas¹	Incorporação		
Imobilizado em serviço						
Geração						
Torres de medição	22.692	—	—	—	22.692	—
Equipamentos de medição	3.739	—	—	—	3.739	—
Equipamentos de torres	2.372	152	—	—	2.524	—
Total	28.803	152	—	—	28.955	—
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	—	—	—	5.356	—
Benefetórias	854	—	—	—	854	—
Móveis e utensílios	2.129	17	—	—	2.146	—
Softwares	3.659	11	—	—	3.670	—
Equipamento de informática	3.820	448	15	—	4.283	—
Total	15.818	476	15	—	16.309	—
Total do imobilizado em serviço - custo	44.621	628	15	—	45.264	—
(-) Depreciação						
Geração						
Torres de medição	(22.591)	(50)	—	—	(22.641)	—
Equipamentos de medição	(3.633)	(32)	—	—	(3.665)	—
Equipamentos de torres	(2.372)	(6)	—	—	(2.378)	—
Total	(28.596)	(88)	—	—	(28.684)	—
Administração						
Máquinas e equipamentos	(4.224)	(509)	—	—	(4.733)	—
Benefetórias	(181)	(34)	—	—	(215)	—
Móveis e utensílios	(1.874)	(102)	—	—	(1.976)	—
Softwares	(3.317)	(71)	—	—	(3.388)	—
Equipamento de informática	(3.587)	(135)	—	—	(3.722)	—
Total	(13.183)	(851)	—	—	(14.034)	—
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(41.779)	(939)	—	—	(42.718)	—
Total do imobilizado em serviço	2.842	(311)	15	—	2.546	—
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	2.101	14.911	—	25.938	79.784	(20.928)
Estudos e projetos	1.062	—	—	1.062	1.062	—
Terrenos	50	—	—	50	50	—
Adiantamentos a fornecedores	26	19	(15)	30	30	—
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.185)	—	—	(3.484)	(4.669)	—
Total do custo do imobilizado em curso	2.054	14.930	(15)	25.938	76.300	(20.928)
Direito de uso						
Geração						
Contratos de arrendamento	2.473	1.974	—	19.792	—	—
(-) Amortização contratos de arrendamento	(2.342)	(8.412)	—	(7.720)	—	—
Total	131	(6.438)	—	12.072	—	5.765
Total do imobilizado	5.027	8.181	—	38.010	76.300	(20.928)

	31/12/2020		31/12/2021		31/12/2022	
	Adições	Baixas	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclassificações entre rubricas¹	Adições	Baixas
Imobilizado em serviço						
Geração						
Torres de medição	22.692	—	—	—	22.692	—
Equipamentos de medição	3.739	—	—	—	3.739	—
Equipamentos de torres	2.372	—	—	—	2.372	—
Total	28.803	—	—	—	28.803	—
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	—	—	—	5.356	—
Benefetórias	854	—	—	—	854	—
Móveis e utensílios	2.118	11	—	—	2.129	—
Softwares	3.339	320	—	—	3.659	—
Equipamento de informática	3.760	60	—	—	3.820	—
Total	15.427	391	—	—	15.818	—
Total do imobilizado em serviço - custo	44.230	391	—	—	44.621	—
(-) Depreciação						
Geração						
Torres de medição	(22.542)	(49)	—	—	(22.591)	—
Equipamentos de medição	(3.600)	(33)	—	—	(3.633)	—
Equipamentos de torres	(2.370)	(2)	—	—	(2.372)	—
Total	(28.512)	(84)	—	—	(28.596)	—
Administração						
Máquinas e equipamentos	(3.691)	(533)	—	—	(4.224)	—
Benefetórias	(146)	(35)	—	—	(181)	—
Móveis e utensílios	(1.718)	(156)	—	—	(1.874)	—
Softwares	(3.311)	(6)	—	—	(3.317)	—
Equipamento de informática	(3.534)	(53)	—	—	(3.587)	—
Total	(12.400)	(783)	—	—	(13.183)	—
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(40.912)	(867)	—	—	(41.779)	—
Total do imobilizado em serviço	3.318	(476)	—	—	2.842	—
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	2.469	11.062	(941)	—	10.489	2.101
Estudos e projetos	1.062	—	—	—	1.062	—
Terrenos	50	—	—	—	50	—
Adiantamentos a fornecedores	11	15	—	—	26	—
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.185)	—	—	—	(1.185)	—
Total do custo do imobilizado em curso	2.407	11.077	(941)	—	10.489	2.054
Direito de uso						
Geração						
Contratos de arrendamento	2.261	796	—	—	584	2.473
(-) Amortização contratos de arrendamento	(1.599)	(743)	—	—	(2.342)	—
Total	662	53	—	—	(584)	131
Total do imobilizado	6.387	10.654	(941)	—	(11.073)	5.027

Nota 1: Eleito da conciliação de fornecedores no exercício.

11.3 Consolidado

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2022			31/12/2021		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Terrenos	—	—	—	595	—	595	
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	—	—	95.797	(27.879)	67.918	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	—	—	46.336	(15.693)	30.643	
Máquinas e equipamentos	5%	1.612.881	(27.648)	1.585.233	65.015	(25.192)	
Móveis e utensílios	10%	—	—	142	(131)	11	
Equipamento de informática	17%	—	—	245	(245)	—	
Torres de medição	20%	22.692	(22.641)	51	22.692	(22.591)	
Equipamentos de medição	20%	3.739	(3.665)	74	3.739	(3.633)	
Equipamentos de torres	20%	2.524	(2.378)	146	2.372	(2.372)	
Provisão para Desmantelamento	—	22.242	(430)	21.812	—	—	
Outros	14%	—	—	16	(15)	1	
Total		1.664.078	(56.762)	1.607.316	236.949	(97.751)	
Sistema de transmissão e conexão							
Terrenos	—	10.086	—	10.086	—	—	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	42.410	(842)	41.568	—	—	
Máquinas e equipamentos	4%	1.090.501	(14.339)	1.076.162	—	—	
Móveis e utensílios	6%	293	(11)	282	—	—	



RENOVA ENERGIA S.A.
CNPJ nº 08.534.605/0001-74

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Valores expressos em milhares de Reais

Dívida e Outras Avenças, sujeito a certas condições resolutiveis com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. que assumiu a obrigação de quitar uma dívida da Companhia no valor de R\$43.000 junto ao Banco BTG Pactual decorrente do instrumento de confissão de dívida firmado entre Companhia e o BTG e em contrapartida de tal assunção, a Companhia cedeu em pagamento o projeto em desenvolvimento denominado Facheiro I. No momento, a maioria das condições precedentes da transação acima foram cumpridas, todavia não foram completamente concluídas, desta forma, a Companhia mantém um saldo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$25.375 em outras contas a pagar, aguardando o cumprimento total das condições precedentes que ainda restam pendentes para a conclusão integral da referida transação. **18. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da provisão consolidada para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R\$196.614 (2021, R\$181.068), sendo R\$57.091 (2021, R\$77.988) cíveis, R\$3.517 (2021, R\$7.422) trabalhistas, R\$103.655 (2021, R\$95.094) fiscais, R\$662 (2021, R\$564), administrativas e R\$31.689, regulatório. A seguir apresentamos a movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	28.825	8.772	92.291	438	2.500	132.826
Adição	61.451	188	-	-	-	61.639
Atualização	2.093	820	2.816	115	-	5.844
Baixa	(14.636)	(2.400)	-	-	-	(17.036)
Total	77.730	7.380	95.107	553	2.500	183.270
Honorários de êxito	258	42	(13)	11	(2.500)	(2.202)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	77.988	7.422	95.094	564	-	181.068
Adição ^(a)	30	265	-	6	31.293	31.594
Atualização	3.165	970	8.568	205	-	12.908
Baixa ^(b)	(16.636)	(3.512)	-	(143)	-	(20.291)
Pagamento ^(c)	(4.407)	(1.294)	-	632	31.293	(5.754)
Total	60.087	3.851	103.662	632	-	168.232
Honorários de êxito	(2.996)	(334)	(7)	30	396	(2.911)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	57.091	3.517	103.655	662	31.689	196.614

(a) refere-se substancialmente à constituição de provisão e complemento de provisão para ação cível ajuizada por terceiros e detalhada a seguir. (b) refere-se substancialmente à reversão da provisão anteriormente constituída considerando a revisão e redução do valor das ações cíveis e trabalhistas. (c) refere-se substancialmente à condenação da Companhia ao pagamento das despesas, custas e honorários advocatícios incorridos pela AES, que totalizam R\$4.537 quitados em 02 de fevereiro de 2022. Os processos classificados como perda provável e possível questionam principalmente os seguintes temas: **Provisões:** (i) Cíveis - refere-se basicamente a: a) ação cível ajuizada pela Elite Serviços Administrativos e Processamento de Dados Ltda. que tem como objeto a execução do suposto descumprimento do contrato de prestação de serviço por parte da Companhia, para o qual a Companhia ingressou com ação declaratória para rescisão do contrato e reconhecimento do desequilíbrio contratual. Diante do acordo firmado entre as partes em 01 de novembro de 2022 a Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos manteve provisão de R\$814, já que R\$ 4.213 foram pagos em 2021 mediante conversão dos créditos em ações. Do saldo remanescente de R\$27.147, a Elite cedeu ao Special Situation Fundo de Investimento Direitos Creditórios não Patrimonizados R\$24.659, reclassificados para a rubrica de outras contas a pagar e quitado em 02 de fevereiro de 2023, mediante a capitalização dos créditos (nota 31.1); b) procedimento arbitral promovido pela LightCom Comercializadora de Energia S.A. ("LightCom") em face da Renova Comercializadora envolvendo o contrato de compra e venda de energia, celebrado entre as partes em 17 de outubro de 2013. A LightCom alega que a distribuição do pedido de recuperação judicial da Renova Comercializadora, em 16 de outubro de 2019, teve o condão de rescindir o Contrato Light I (Cláusula 12.1.1), bem como impor o pagamento da multa prevista na Cláusula 13 e de perdas e danos. A Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos entende que a probabilidade de perda neste processo é provável e constitui provisão de R\$51.682. Em 15 de fevereiro de 2022, foi proferida a decisão final do procedimento arbitral promovido pela LightCom em face da controlada Renova Comercializadora perante a Câmara FGV de Mediação e Arbitragem ("Câmara FGV") por meio da qual foi reconhecida a rescisão unilateral, pela LightCom, do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado em 17 de outubro de 2013, correspondente a 33,4 MW médios por mês produzidos por determinados Parques Eólicos do Complexo Alto Sertão III Fase A, destinados ao atendimento do mercado livre. A Companhia ajuizou Conflito de Competência nº 186210 - SP (2022/0050986-9), a fim de suspender a eficácia da sentença do referido procedimento arbitral. Em 10 de março de 2022 o Superior Tribunal de Justiça deferiu a liminar requerida determinando a reativação imediata do contrato. Em 16 de março de 2023, o Superior Tribunal de Justiça revogou a medida liminar deixando de conhecer o conflito de competência, mantendo-se, por ora, a sentença arbitral que rescindiu o contrato (nota 31.2). Paralelamente, visando à nulidade da sentença arbitral e a manutenção de contrato essencial ao Plano de Recuperação Judicial, em 16 de maio de 2022 a Companhia ajuizou Ação Anulatória de Sentença Arbitral (processo nº 1048991-15-2022.8.26.0100), tendo a LightCom apresentado defesa. A Companhia aguarda julgamento. c) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda provável, no montante de R\$2.534 referem-se substancialmente processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas. (ii) Regulatório - Em 27 de julho de 2022, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica ("SFG"), publicou no Diário Oficial da União os despachos nº 2.001/2022 e 2.012/2022 (i) aplicando aos parques eólicos do LER 2013 e LER 2014 penalidade de multa editalícia no montante de R\$ 31.293, correspondente a 3,85% do valor do investimento declarado à EPE no momento da licitação, considerando que: i.a) caso a multa não seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a execução da garantia de fiel cumprimento aportada, no justo valor para o ressarcimento da multa não paga e; ii. b) caso a multa seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a devolução integral da garantia de fiel cumprimento aportada; iii. c) caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente; e (ii) estabelecendo o prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação desse Despacho para o pagamento da multa constante do item (i). Em 08 de agosto de 2022, a Companhia protocolou recurso administrativo na ANEEL contra os referidos despachos pleiteando: (i) atribuição de efeito suspensivo automático ao recurso, na forma do artigo 36, parágrafo único, da Resolução Normativa n. 846/2019; e (ii) anulação dos Despachos SFG n. 2.001 e 2.012/2022. Em 07 de outubro de 2022 a Companhia reuniu-se com a diretoria da agência para apresentar os pleitos presencialmente e aguarda julgamento do recurso. A Administração da Companhia e de suas controladas, com base na opinião dos seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir tais casos. Dos seus Adicionais, a Companhia possui ações declaratórias e indenizatórias em diversos processos contingentes no montante aproximado de R\$409.121 (31 de dezembro de 2021, R\$640.808), sendo R\$395.465 (31 de dezembro de 2021, R\$636.409) cíveis, R\$3.670 (31 de dezembro de 2021, R\$1.519) administrativas e R\$9.986 trabalhistas (31 de dezembro de 2021, R\$2.879), os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constitui nenhuma provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Dentre as ações cíveis classificadas como perda possível destacam-se: a) processos decorrentes de multas relacionadas a contratos de arrendamento com diversos arrendatários cujo montante total corresponde a R\$393.595 (R\$362.328, 31 de dezembro de 2021) para os quais nossos assessores jurídicos externos classificam a expectativa de perda como possível. Ademais, a Companhia interpôs recurso que foi julgado procedente em favor de 2019, afastando a referida multa e determinando a aplicação da cláusula contratual específica para hipótese de inadimplemento, que consiste em correção monetária pelo índice indicado em contrato, juros de mora de 1% ao mês e multa de 2% sobre o valor da anuidade em atraso. b) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda possível, no montante de R\$15.526 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas, que futuramente serão extintas/suspensas e quitadas nos termos do Plano de Recuperação Judicial. **18.1 Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos:** A Diretoria Independente de Riscos e Conformidade tem como missão garantir a observância de normas e procedimentos da Companhia, bem como prestar pelo fortalecimento de uma cultura de integridade baseada em gestão e monitoramento de riscos. A Companhia teve notícia recente de que um dos inquiridos da Operação denominada "E o Vento Levou", que se encontrava no Ministério Público Federal, foi encarcerado e acolhido pela Justiça Federal de São Paulo, sendo revogado em ação penal. Vale ressaltar que a Companhia não figura como Ré na ação penal em tela, a qual deve seguir seu curso regular, e tal inquérito diz respeito a situações e pessoas físicas totalmente desvinculadas da atual administração da Renova Energia e muito anteriores à implementação da Diretoria de Riscos e Conformidade. Neste contexto, e como informado nas divulgações de resultados anteriores, foram contratadas à época investigações internas contando com apoio externo independente de consultoria especializada multinacional e renomado escritório de advocacia ("Investigadores Independentes"), juntamente com o Comitê de Monitoramento constituído pelo Conselho de Administração, as quais concluíram que a condução e efetivação de determinados contratos foram celebrados sem observar os controles internos da Cia. No entanto, o resultado final de tais investigações acabou por não identificar provas concretas de atos de corrupção ou desvios supostamente praticados pela Companhia, conforme anteriormente divulgado em fato relevante datado de 20 de fevereiro de 2020. Todos os fatos aqui relatados não produzem nenhuma interferência e não tem relação com as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Finalmente, vale reforçar que a Companhia continua acompanhando desdobramentos das investigações e segue à disposição das autoridades para colaborar com as investigações ainda em curso. Atualmente, a Companhia permanece investindo no aprimoramento de seu programa de integridade, bem como como prima pela proteção de seu patrimônio e de sua imagem. Reforçando seu compromisso com a integridade nos negócios, a Companhia tem investido em diversos planos de ação e realizado todos os atos necessários para conservar seus direitos, boa reputação e imagem, a saber: i. Aprimoramento de iniciativas voltadas à divulgação e disseminação do canal de denúncias independente para empregados, prestadores de serviços, fornecedores, parceiros e autoridades; ii. Projeto de implementação de metas de gestão relacionadas a Compliance em todas as diretorias; iii. Revisão/Implementação de políticas e procedimentos principalmente relacionados a contratação de fornecedores e arrendantes, revisão dos valores de alçadas de aprovação, análise reputacional e bloqueio de fornecedores em desacordo com os valores de integridade da Companhia; iv. Monitoramento anual de terceiros de alto risco; v. Aprimoramento da estratégia de comunicação e treinamento de colaboradores em temas relacionados ao Código de Ética e Conduta, Política Corporativa Anticorrupção e LGPD; vi. Consientização de fornecedores e parceiros de negócios sobre os principais pontos relacionados ao Código de Ética e Conduta e Política Corporativa Anticorrupção da Companhia, bem como do Aviso de Privacidade, reforçando os valores da Companhia com a cadeia de valor e intensificando também o destaque para o Canal Transparência para o reporte de eventuais irregularidades; vii. Projeto de aprimoramento da política de aplicação de consequências e medidas disciplinares para eventuais desvios de conduta praticados por colaboradores e terceiros; viii. Inclusão de cláusulas de integridade e privacidade de dados nos contratos firmados pela Companhia, incluindo a possibilidade de rescisão imediata em casos de desvios de conduta; ix. Adesão formal à Política Corporativa Anticorrupção e novo Código de Ética e Conduta por 100% dos colaboradores, membros do Conselho de Administração, além dos membros do Conselho Fiscal; x. Monitoramento contínuo de riscos de invasão e ataques cibernéticos nos sistemas da Companhia com conscientização de colaboradores e testes recorrentes para medir a maturidade dos controles internos para mitigar *malware* e *ransomware*, bem como estudos e esforços constantes para aprimorar a segurança da informação, preservando informações confidenciais e estratégicas, bem como conformidade com a LGPD; e xi. Aprimoramento contínuo dos controles internos, políticas e procedimentos da Companhia. Tais medidas complementam as atitudes e comprometimento da Alta Administração com o fortalecimento do Programa de Integridade da Companhia e práticas ESG. O Canal Transparência está disponível aos públicos Sustentabilidade da Companhia destacamos abaixo algumas ações corporativas relacionadas às práticas ESG atualmente em nosso pipeline de iniciativas: a. Direitos humanos: a Companhia respeita e promove os direitos humanos em suas operações, ao longo de sua cadeia de fornecedores e nas regiões onde está inserida, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo relação com empresas terceiras que compartilhem os mesmos princípios e valores e que respeitem os direitos humanos. b. Diversidade: a Companhia respeita e valoriza de forma positiva as diferenças entre gênero, origem, etnia, orientação sexual, crença, práticas religiosas, convicção política, ideológica, classe social, condição de portador de deficiência, estado civil ou idade e não tolera qualquer forma de assédio (seja ele moral ou sexual), violência (verbal, física ou em redes sociais). A Companhia promove a diversidade e atualmente conta com percentual de 52% de mulheres em posições de liderança. c. Meio ambiente: a Companhia tem como valor cuidar do meio ambiente, especialmente nas localidades próximas aos seus empreendimentos. Entende ser fundamental para a sustentabilidade dos negócios atuar em consonância com a legislação ambiental vigente, bem como homologar parceiros de negócios que estejam alinhados com esses valores. d. Relações comunitárias: a Companhia mantém um diálogo transparente e permanente com as comunidades localizadas nos arredores dos seus empreendimentos, baseados em agenda comum positiva, de longo prazo, voltada para o desenvolvimento local sustentável, respeitando a liberdade de expressão e a manifestação pacífica, de acordo com a lei e nos limites do Código de Conduta e Política Corporativa Anticorrupção, e Canal Transparência; e o meio pelo qual eventuais situações de irregularidade devem ser reportadas, visando a efetiva apuração dos fatos e eventual plano de ação para mitigar os riscos existentes em nossas operações. O Canal Transparência está disponível aos públicos internos e externos da Companhia, sendo uma ferramenta de comunicação proativa, transparente, independente, imparcial e anônima para o reporte de violações ou suspeita de descumprimento de qualquer um dos pontos descritos no Código de Ética e Conduta da Companhia, nas políticas e procedimentos.

19. Provisão para contrato oneroso: Em função do atraso da entrada em operação dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III que atenderiam aos contratos no mercado livre, a controlada Renova Comercializadora mantém a obrigação dos contratos de compra e venda de energia, cujos vencimentos estão previstos para agosto de 2025. Os contratos estão incluídos no Plano de Recuperação Judicial. Considerando que o preço estabelecido nesses contratos é inferior ao preço da energia que está sendo comprada para atendê-los, a Companhia identificou esses contratos como onerosos. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia revisou seus cálculos considerando os preços de compra de energia projetados e os fluxos de caixa estimados do contrato e, posteriormente, ajustada a valor presente utilizando a taxa CDI e identificou que não há provisão a ser constituída, (R\$23.465, em 31 de dezembro de 2021), assim a Companhia realizou a reversão da provisão no montante de R\$23.465. **20. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas:** a) Capital autorizado. De acordo com o seu Estatuto Social a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente da reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R\$5.002.000. b) Capital social: Em 05 de maio de 2022, Cemig GT concluiu a alienação da totalidade de sua participação societária detida no capital social da Companhia ao AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("AP Energias Renováveis"), administrado e gerido pela Mantij Investimentos Ltda. (gestora do grupo Angra Partners). Com a conclusão da transação, a Cemig GT deixou de ser titular de quaisquer ações de emissão da Companhia e, portanto, deixou de ser acionista da Renova. Ademais, o acionista Sr. Ricardo Lopes Delneri, em transação realizada anteriormente com os acionistas Renato Figueiredo do Amaral e Caetité Participações S.A. (nova denominação social de Caetité Participações S.A., CG II Participações S.A., CG II Fundo de Investimento), alienou a totalidade de suas ações detidas na Companhia, vinculadas ao Acordo de Acionistas, deixando de integrar o bloco de controle, de forma direta e indireta. Em 29 de agosto de 2022, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 21 de junho de 2022, para capitalização de créditos detidos pela acionista AP Energias Renováveis, nos termos dos planos de Recuperação Judicial do Grupo Renova Energia. O aumento de capital da Companhia foi homologado com o valor de R\$ 789.162, representado por 134.667.698 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 66.552.011 ações ordinárias e 68.115.687 ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$4.139.098 (R\$3.349.936, em 31 de dezembro de 2021) dividido em 244.147.746 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 122.073.879 ações ordinárias e 122.073.867 ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

	Ações ON		Ações PN		Total	% do Capital
	Quantidade	%	Quantidade	%	de ações	social total
Bloco de Controle ¹	26.356.007	21,58%	-	0,00%	26.356.007	10,80%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part. Multiestratégia	15.115.371	12,38%	-	0,00%	15.115.371	6,19%
Caetité Participações S.A.	10.356.384	8,48%	-	0,00%	10.356.384	4,24%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	0,72%	-	0,00%	884.252	0,36%
Outros Acionistas	95.717.872	78,41%	122.073.867	100,00%	217.791.739	89,20%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part. Multiestratégia	66.545.129	54,51%	68.107.270	55,79%	134.652.399	55,15%
Caetité Participações S.A.	-	0,00%	406.795	0,33%	406.795	0,17%
Renato do Amaral Figueiredo ²	5.764.804	4,72%	4.777.141	3,91%	10.541.945	4,32%
Ricardo Lopes Delneri	6.917.112	5,67%	14.746.540	12,08%	21.663.652	8,37%
Spectra Volpi Fundo de Investimento em participações Multiestratégia	1.712.178	1,40%	3.424.354	2,81%	5.136.532	2,10%
BNDESPAR	696.683	0,57%	1.393.366	1,14%	2.090.049	0,86%
Outros	14.081.966	11,54%	29.218.401	23,94%	43.300.367	17,74%
Total	122.073.879	100,00%	122.073.867	100,00%	244.147.746	100,00%

Nota 1: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas.
Nota 2: Possui 36.162 ações bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR.

Em 07 de outubro de 2022, a Administração da Companhia informou em Comunicado ao Mercado o início da 6ª e última Janela de Pedido de Conversão, na qual credores das sociedades do Grupo Renova poderiam manifestar interesse na conversão de seus créditos em ações de emissão da Companhia, nos termos dos planos de Recuperação Judicial do Grupo Renova. O prazo para manifestação e recebimento do pedido de conversão pela Companhia foi encerrado em 05 de novembro de 2022 e em 02 de fevereiro de 2023 o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento do capital social da Companhia (nota 31.1). c) Custos na emissão de ações. A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de aumento de capital.

21. Receita líquida:

	Consolidado			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	MWh ^a	MWh ^a		
Gerção				
Suprimento de energia elétrica - PCHs	49.321	88.490	27.971	45.321
Suprimento de energia elétrica - Eólicas	737.407	-	91.052	458
Outras receitas				
Operações - comercialização de energia elétrica			102.534	54.637
			221.557	100.416
Deduções s/ receitas:				
(-) Tributos s/ receita (PIS/COFINS)			(15.154)	(6.604)
Total			206.403	93.812

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

22. Custos e despesas (receitas):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo dos serviços				
Compra de energia ⁽¹⁾	-	-	59.800	71.943
Custo da operação				
Serviços de terceiros	-	-	23.291	4.629
Multa sobre ressarcimento (Nota 16.1)	-	-	4.800	-
Seguros	-	-	3.787	220
Repactuação do risco hidrológico	-	-	1.016	2.232
Material de uso e consumo	-	-	241	893
Outros custos	-	-	274	24
	-	-	33.409	7.998
Depreciações e amortizações (Nota 11)	88	84	43.747	84
Encargos do uso do sistema de distribuição				
Tusd/Tust ⁽²⁾	-	-	10.758	676
Taxa de fiscalização	-	-	204	137
	-	-	10.962	813
	88	84	147.918	80.838

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Total				
Despesas				
Generais e administrativas				
Pessoal e administradores	4.589	4.188	24.595	18.613
Serviços de terceiros	9.904	14.795	25.518	33.491
Seguros	908	1.016	4.360	2.909
Telefonia e TI	431	714	3.033	2.817
Viagens	177	26	2.356	1.392
Impostos e taxas	746	607	1.455	1.283
Material de uso e consumo	134	120	561	529
Aluguéis e arrendamentos	33	2	54	207
Contingências cíveis e trabalhistas (Nota 18)	(3.691)	(5.673)	27.337	42.386
Outras despesas	345	143	506	351
	13.576	15.938	89.775	103.978
Depreciações e amortizações (Nota 11)	9.263	1.526	9.907	2.031
Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (Nota 11.9)	-	-	(819.755)	9.235
Outras (receitas) despesas líquidas	-	-	3.065	30.312
Multa sobre ressarcimento (Nota 16.1)	-	36.700	25.790	51.868
Penalidades contratuais e regulatórias ⁽³⁾	-	-	9.156	15.764
Tusd/Tust ⁽²⁾	-	-	27	171
Taxa de fiscalização	-	-	581	359
Licenças e estudos ambientais	-	-	(23.465)	5.130
Contrato oneroso (Nota 19)	-	-	69	7.275
Provisão (reversão) para perda a valor recuperável de crédito de PIS/COFINS	(647)	335	(5.348)	2.789
Outras despesas (receitas)	(647)	37.035	9.865	113.668
Total	22.192	54.499	(710.208)	228.912

(1) Refere-se a aquisição de energia no mercado livre para revenda realizada pela controlada Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques em atraso na sua operação comercial. (2) Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição e Tust - tarifa de uso do sistema de transmissão. Os valores de Tust registrados na despesa estão relacionados, principalmente, ao período anterior a entrada em operação comercial dos parques eólicos. (3) Refere-se substancialmente a penalidades aplicadas pela (i) CCPE por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014 e (ii) ONS pelo cancelamento do contrato CUST do Alto Sertão III - Fase B (nota 17).

23. Resultado financeiro:

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras e caução		5.174	2.708	16.795	13.428
Juros sobre debêntures	14.3.b	1.154	-	-	-
Juros - partes relacionadas	25	2.690	111	-	-
Outras receitas financeiras		255	311	1.019	1.179
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira ¹		(431)	(147)	(904)	(657)
Total das receitas financeiras		8.842	2.983	16.910	13.950
Despesas finance					



RENOVA ENERGIA S.A.
CNPJ nº 08.534.605/0001-74

★ continuação **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021**
Valores expressos em milhares de Reais

Demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022; Demonstração do resultado dos ativos classificados como mantidos para venda				Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
	Enerbras	SF120	Total		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita	43.813	-	43.813	10	-	24.534	-	24.534
Custos e despesas	(22.706)	(320)	(23.026)		-	-	(42.515)	-
Lucro antes dos impostos	21.107	(320)	20.787		-	-	-	137.750
Resultado financeiro	(4.603)	-	(4.603)	10.3.2 e 25.3	-	-	12.192	35.522
Imposto de renda e contribuição social	(1.808)	-	(1.808)		-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	14.696	(320)	14.376	10.3.2	-	80.716	-	102.290
Fluxo de caixa dos ativos classificados como mantidos para venda	27.604	(320)	27.284		-	21.574	-	-
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	15.233	(382)	14.851		-	-	20.928	-
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	(12.120)	702	(11.418)	10.3.2 e 11.4	-	-	-	76.300
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	30.717	-	30.717		6.895	3.857	1.974	796
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.895	-	6.895		11	15.372	-	550
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	37.612	-	37.612		11	(2.526)	-	-
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	44.507	-	44.507		11	22.242	-	-

29. Cobertura de Seguros
A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais, com montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Objeto da Garantia	Risco de operação		Vigência	
	Importância Segurada	Início	Fim	
Riscos operacionais	R\$ 2.655.000	13/06/2022	13/06/2023	
Responsabilidade civil	R\$ 50.000	26/11/2022	30/11/2023	
	Risco de construção		Vigência	
	Importância Segurada	Início	Fim	
Objeto da Garantia				
Garantia executante construtor (LIGHT I)	R\$ 28.268	31/01/2023	31/01/2024	
Garantia executante construtor (LIGHT II)	R\$ 40.560	31/01/2023	31/01/2024	
Garantia executante construtor (Mercado livre II)	R\$ 20.520	31/01/2023	31/01/2024	
Risco de engenharia	R\$ 2.523	30/12/2022	03/04/2023	
Transporte nacional	R\$ 183.208	22/06/2022	22/06/2023	

Objeto da Garantia
Seguros de responsabilidade civil geral de administradores - D&O
Seguro empresarial dos escritórios
Seguro de riscos diversos - equipamentos
Proteção de dados e responsabilidade cibernética
30. Transações não envolvendo caixa: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

Declaração da Administração

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras contidas neste Relatório e com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes - BDO RCS Auditores Independente.

Daniel Gallo - Diretor Presidente
Emanuela Cabib - Diretora Jurídica
Vitor Hugo Alexandrino da Silva - Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Diretoria

Daniel Gallo - Diretor Presidente
Emanuela Cabib - Diretora Jurídica
Vitor Hugo Alexandrino da Silva - Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Contadora

Gina Abreu Batista dos Santos - CRC 027321-O-BA

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **Renova Energia S.A.** - Em Recuperação Judicial, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nos exames efetuados, bem como as informações e esclarecimentos recebidos da Companhia no decorrer do exercício e, considerando, ainda, o relatório, sem ressalvas, e os esclarecimentos recebidos dos auditores independentes da **BDO RCS Auditores Independentes**, os membros do Conselho Fiscal opinaram, por unanimidade, que as demonstrações financeiras estão aptas a serem submetidas à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 28 de março de 2023

Márcio Hideyuki Momo - Presidente do Conselho Fiscal
Membros do Conselho Fiscal:
Márcio Hideyuki Momo

Vitor Medeiros Dias Cardoso de Oliveira
Maurício Rocha Alves de Carvalho
Paulo Maurício Mantuano de Lima
Olavo Fortes Campos Rodrigues Júnior

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial**
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.3, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a **Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial** e determinadas controladas protocolaram, em 16 de outubro de 2019, Pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, a **Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial** e determinadas controladas protocolaram os novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, bem como no seu melhor entendimento, a Administração reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial, na data da homologação do plano.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram executadas as seguintes ações previstas nos planos: i) conclusão das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A; ii) conclusão da alienação da UPI Enerbras (Nota Explicativa nº 1.2.1); iii) quitação de empréstimo junto ao BTG; iv) pagamento de credores concursais e extraconcursais e consequente redução do endividamento; v) conversão de créditos em ações. A Companhia e suas controladas vêm atendendo ao previsto nos Planos, sendo os eventuais recursos e questionamentos defendidos com êxito pela Administração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação de Impairment de ativo imobilizado

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e suas controladas possuem registrado em seu ativo imobilizado o montante de R\$ 2.686.601 mil (consolidado). A maior parte dos bens e direitos envolvidos estão relacionados às suas operações com expectativa de rentabilidade futura, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, em caso de indícios de irrecuperabilidade, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01(R1)/IAS36 - Redução do Valor Recuperável de Ativos. Como resultado do teste anual de recuperabilidade desses ativos em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas não observaram a existência de indicadores de desvalorização de certos ativos imobilizados, e consequentemente reverteram parte da perda por redução do valor recuperável no montante de R\$ 819.755 mil, reconhecida em exercícios anteriores, conforme divulgado na nota explicativa 1.5. A Companhia e suas controladas realizam teste de impairment, baseado no valor em uso, o qual envolve alto grau de julgamento de estimativas por parte da Administração, considera o método do fluxo de caixa descontado, o qual possui diversas premissas, tais como: taxa de desconto, projeção de inflação e crescimento econômico que podem alterar significativamente a expectativa de realização dos referidos ativos, além do volume e preço de venda de energia, prazos de continuidade da operação e gastos para reparação e manutenção dos equipamentos, entre outros. Sendo assim, esse assunto foi considerado pela auditoria, como uma área de risco devido a relevância dos saldos dos ativos da Companhia e suas controladas e às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos por parte da Administração. Consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria realizados foram os seguintes:
(i) Análise das projeções de resultados e do julgamento empregado pela Administração da Companhia e suas controladas nas estimativas aplicadas;
(ii) Avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas nas projeções de resultados;
(iii) Verificação de metodologia empregada na determinação de aspectos como taxa de desconto, modelo de cálculo, dentre os aspectos requeridos;
(iv) Confronto de informações históricas inseridas no cálculo, com base nas informações contábeis da Companhia e suas controladas;
(v) Verificação da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para avaliarem o valor recuperável dos referidos bens do ativo imobilizado, bem como as divulgações sobre esse assunto nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos de natureza civil, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Com base na opinião de seus assessores jurídicos e no melhor entendimento da Administração, em 31 de dezembro de 2022, para os processos considerados de perda provável, foi constituída provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas no montante de R\$ 196.614 mil (consolidado). Adicionalmente, existem diversos processos de natureza civil e trabalhista, considerados como de perda possível pelos assessores jurídicos, no montante de R\$ 409.121 mil, para os quais nenhuma provisão para contingência foi constituída. Consideramos que esse assunto foi importante na nossa auditoria em função da relevância dos valores envolvidos nos processos, o alto grau de julgamento que envolve a classificação das chances de êxito de cada processo e a estimativa de valor, a determinação se uma provisão deve ser constituída e a probabilidade de desembolso financeiro.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:
(i) Entendimentos sobre os controles internos que envolvem a identificação, a constituição de passivos e as divulgações das contingências em nota explicativa;
(ii) Obtenção de confirmação externa diretamente com os assessores jurídicos responsáveis pelos processos;
(iii) Discussão com a Administração acerca da classificação das chances de êxito de cada processo e a evolução dos principais processos judiciais em aberto;
(iv) Verificação da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Com base na execução dos procedimentos acima mencionados, consideramos que as estimativas das provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas estão adequadas, assim como as divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Plano de Recuperação Judicial - venda de ativos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.3, em 18 de dezembro de 2020, o Plano de Recuperação Judicial foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores e teve a decisão proferida e homologada. O plano inicial foi desmembrado em dois, sendo um plano referente exclusivamente às sociedades do Projeto Alto Sertão III - Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais sociedades em recuperação judicial. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, seguindo o objetivo de recuperar a saúde financeira da Companhia e das controladas foram concluídas as vendas de diversos ativos, conforme previsto no plano: UPI Enerbras e UPI Cordilheira dos Ventos. Considerando os eventos existentes e a relevância dos valores envolvidos nas vendas desses ativos, assim como, a complexidade dos critérios de

reconhecimento de receitas e custos, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:
(i) Leitura e análise da documentação relacionada aos processos de vendas dos ativos;
(ii) Verificação dos recebimentos dos recursos originados das vendas dos ativos;
(iii) Revisão dos critérios contábeis de reconhecimento de receita e custo;
(iv) Avaliação da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Com base nos procedimentos acima executados, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre esse assunto nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas - informação suplementar

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 28 de março de 2023

BDO
BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Antomar de Oliveira Rios
Contador - CRC 1 BA 017715/O-5 - S - SP

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias. **AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegazetasp.com.br>